



Movimento

ISSN: 0104-754X

stigger@adufrgs.ufrgs.br

Escola de Educação Física

Brasil

Andrade de Melo, Victor; de Faria Peres, Fabio

A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas

Movimento, vol. 11, núm. 3, septiembre-diciembre, 2005, pp. 127-151

Escola de Educação Física

Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115315216008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas

*Victor Andrade de Melo**

*Fabio de Faria Peres***

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama da distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. Para tal, utilizamos dois parâmetros por nós desenvolvidos: o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural absoluto (IDAC-absoluto) e o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural relativo (IDAC-relativo). Preocupamo-nos também em estabelecer a correlação entre a distribuição de equipamentos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a fim de verificar em que intensidade as desigualdades nestes parâmetros estão relacionadas. Acreditamos que o reconhecimento deste panorama municipal pode ser de grande utilidade na elaboração de políticas públicas mais efetivas e justas.

Palavras-chave: políticas públicas, cultura, lazer, desenvolvimento urbano.

Introdução

Como pensar a cidade como espaço múltiplo de lazer? Considerando os equipamentos culturais como possibilidades de lazer, como pensar no acesso a tais bens no âmbito municipal? Que relação tais aspectos teriam com a ordem socioeconômica e com a atual situação das cidades, notadamente as metrópoles? Como elaborar indicadores que, não apenas refletem o panorama de acesso e de distribuição desses bens, mas contribuam para elaboração de políticas públicas mais efetivas e justas no campo da cultura e do lazer?

De início somos instados a reconhecer que o futuro das cidades parece preocupante em um momento onde se percebe um certo esvaziamento da esfera pública, um desgaste pronunciado do tecido urbano, uma decomposição das relações sociais (CALDEIRA, 2000).

Para compreender melhor esse processo devemos considerar as articulações entre aspectos econômicos e culturais, não acredita-

Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, setembro/dezembro de 2005

tando que se trata exclusivamente de um desdobramento de uma crise financeira. Não devemos aceitar que as discussões acerca da dimensão cultural do problema sejam negligenciadas, como bem alerta Oskar Negt (2002, p.18):

Nunca se produziu tanto e de maneira tão eficaz como hoje em dia. Mesmo assim, as pessoas se preocupam dia e noite com problemas econômicos. Nunca se viu um fenômeno desse na história. O que sempre houve foi uma economia da escassez que dizia: quando formos ricos teremos tempo suficiente para nos preocupar com os problemas da cultura.

Essa compreensão é de certa forma referendada pelo próprio poder público, sempre mais preocupado com superávits, balanços positivos e ajustes fiscais do que com outras dimensões também fundamentais para o bem estar humano. Nota-se como as secretarias de esporte, lazer e cultura estão entre as que menor valor recebem nas negociações políticas, por ocasião da montagem da equipe de governo, também estando entre as que são contempladas menor fatia do orçamento.

Cultura, lazer e espaço público

Na verdade, as preocupações com os espaços de lazer não são recentes. No Brasil, já no século XIX, notadamente no seu quartel final e destacadamente na cidade do Rio de Janeiro, podemos encontrar as primeiras iniciativas voltadas à organização e controle das atividades de lazer da população. O contexto de modernização da sociedade brasileira vai contribuir para tornar importante para as cidades em crescimento os momentos de vida festiva.

Paulatinamente observa-se uma busca do espaço público enquanto *locus* de vivência social e um crescimento de um mercado de diversões que envolve as festas religiosas (progressivamente mais profanas), o teatro (de grande importância naquele momento) e posteriormente engloba as manifestações esportivas e o cinema (já na transição do século XIX para o XX),¹ em um movimento que futuramente (décadas de 1920/1930) vai abranger também o rádio (fundamental para o desenvolvimento de um mercado ligado aos espetáculos musicais) e a televisão (décadas de 1950/1960).

As preocupações com a organização das cidades foram fundamentais para o desenvolvimento das primeiras iniciativas estru-

1 Tal busca pelo espaço público se dava de forma similar ao que ocorrera na Europa no período conhecido como *Belle Époque*. Maiores informações podem ser obtidas nos estudos de Needell (1993) e Melo (2001).

turadas de intervenção profissional no âmbito do lazer, observáveis nas décadas de 1920 e 1930, nas cidades de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro.² Mesmo que estas propostas possuíssem claras diferenças na sua concepção e execução, eram explícitos alguns pontos em comum: a) a compreensão de que era necessário controlar os espaços públicos no intuito de evitar “desordens” no tecido urbano; isto é, acreditava-se que as atividades de lazer poderiam funcionar como elementos disciplinadores e de manutenção da ordem; b) o entendimento que estas atividades seriam úteis como forma de manutenção da saúde e da recuperação da força de trabalho, importantes para um país que se industrializava e sentia os impactos desse processo. Enfim, eram em geral compreendidas como atenuadoras das mazelas que a modernidade trazia para a sociedade brasileira.

Perceptivelmente a noção de ocupação do espaço público sempre esteve mais voltada para os interesses dos grupos sociais ligados às elites econômicas; contudo, ainda assim, havia possibilidades constantes para a participação das camadas populares. Mas, então, o que terá havido nas últimas décadas, uma destruição completa da esfera pública? Nicolau Sevcenko crê que não. Para ele, o que ocorre: “não é uma dissolução dessa esfera pública simultaneamente à esfera privada, mas um processo de circularidade pelo qual as duas tendem a estados de convergência e de diluição das suas fronteiras” (2002, p.39).

Para este autor, uma das explicações para isto pode ser encontrada no intenso processo de transformação tecnológica, notadamente crescente a partir da década de 1970. Com isso tende-se a uma privatização das vivências cotidianas, onde pode-se observar que as pessoas se restringem cada vez mais a seu espaço doméstico, utilizando os equipamentos tecnológicos (televisão, vídeo, DVD, internet) como mediadores de seu contato com a realidade. Se antes os valores sociais eram prioritariamente construídos no contato pessoal na esfera pública, hoje assistimos um processo oposto, onde:

Nossa percepção do real passa a ser a de que o espaço público é cada vez mais mediado por uma burocracia que impregna todos os seus poros e que é intransponível. As decisões são todas elas controladas por uma élite tecnocrática, cujo jargão tecnocientífico é impenetrável. E a política foi monopolizada por grupos e mecanismos de “lobbyização” que esvaziaram completamente tanto a capacidade de expressão quanto as aspirações locais, comunitárias ou coletivas (SEVCENKO, 2002, p.40).

2 Maiores informações podem ser encontradas no estudo de Werneck (2003).

Mesmo que devamos considerar a força desse processo de privatização, não podemos investir na compreensão de que é uniforme ou monolítica essa forma de controle. De qualquer maneira, devemos reconhecer que o avanço tecnológico ampliou o alcance da cultura de massas, fazendo mesmo que a produção cultural muitas vezes se confunda com o consumo de mega-eventos, distribuídos e oferecidos a partir de um modelo global. As próprias leis brasileiras de incentivo à cultura, em vigor nos últimos anos, de alguma forma têm reforçado essa compreensão, que, aliás, somente bem recentemente tem recebido críticas mais contundentes.³ A cultura é assim entendida, de forma limitada e equivocada, como:

um conjunto de expressões que pode ser resumido no âmbito do entretenimento, do consumo e do agenciamento físico (...). Um contexto, portanto, onde o reflexo prevalece sobre a reflexão, o signo prevalece sobre o símbolo e a virtualidade prevalece sobre a representação. (SEVCENKO, 2002, p.42).

As palavras de Walter Prigge (2002.) nos indica desdobramentos desse processo que têm impacto direto sobre a cidade: “Essa midialização estimula a tendência de privatizar os eventos culturais originalmente públicos e sua percepção estética. Com isso reforça ainda mais a erosão progressiva dos ambientes públicos urbanos” (p.55). Como ficam os espaços de lazer nesse contexto?

Na cidade do Rio de Janeiro podemos observar alguns aspectos desse desmantelamento das formas públicas de lazer, como, por exemplo, a queda do prestígio e a falência dos antigos clubes de bairro. Até a década de 1980, era comum que muitas comunidades locais possuíssem seu clube, sempre ativo e possibilitando oportunidades múltiplas de diversão e convívio social. Hoje em dia um grande número de associações dessa natureza já não mais existem ou se encontram em mau estado de conservação.

Tal processo certamente traz repercuções negativas para as perspectivas de organização e construção de redes de sociabilidade e solidariedade, sobretudo das camadas populares, já que os clubes ligados às elites econômicas, ainda que também com dificuldades, permanecem de alguma forma ativos, até mesmo como forma de status e distinção.

Outro exemplo notável é o declínio dos cinemas de rua. Em 1955, o Rio de Janeiro atingiu o número máximo de cinemas em

3 Ver, por exemplo, estudo de Brant (2002).

sua história, cerca de 190, espalhados por quase 50 bairros. Eram cinemas com uma só sala de exibição (alguns com grande disponibilidade de lugares) e que tinham como público-alvo a população da comunidade ao redor. Hoje temos cerca de 150 salas de cinema, mas estas se distribuem somente por cerca de 20 bairros, normalmente organizadas no modelo de complexos cinematográficos (várias salas em um só cinema), se localizando, na maior parte dos casos, em shoppings-centers. Os antigos cinemas, em sua grande maioria, viraram igrejas evangélicas e supermercados, ou foram divididos em várias pequenas salas.

Ampliam-se os complexos de diversão (com o surgimento de shoppings, parques temáticos, casas de shows, entre outros), entretanto, aparentemente cada vez mais se organizam locais públicos para privilegiados, onde, implícita ou explicitamente (por motivos diversos, entre os quais o preço e a distância), definem-se as possibilidades (restritas) de acesso. Hierarquiza-se (e privatiza-se) o espaço urbano.

Esses locais, protegidos por muros e tecnologias, chamados por Caldeira (2000) de “enclaves fortificados”, revelam o abandono – mesmo que em parte – da esfera pública tradicional, o que acaba por transformar a dinâmica da vida em sociedade. Caldeira destaca que os princípios do espaço público moderno (como a acessibilidade, a abertura e a livre circulação, que possibilitam o encontro e a interação dos “diferentes” e das “diferenças”, que deveria ser caracterizado como âmbito privilegiado da liberdade, no qual se expressa a vontade e o agir coletivo, fruto do debate público, democrático e da reunião de diversos atores), estariam desaparecendo e sendo desvalorizados (mesmo que, façamos a ressalva, de que nunca tenham se realizado completamente).

Contemporaneamente, observam-se iniciativas de delimitação do acesso ao espaço público, na medida em que os “enclaves fortificados” são exclusivamente propriedades que valorizam o que é:

[...] privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis [...] independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. [...] Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogê-

neos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição (CALDEIRA, 2000, p.259).

Esses “enclaves” conferem status, reforçando diferenças, criando, nos termos de Bourdieu (2003), meios e justificativas para o distanciamento, a distinção e a explicitação de desigualdades sociais.

Mesmo que ainda existam muitos fluxos entre o centro e a periferia (e vice-versa), temos que reconhecer que as cidades estão cada vez mais divididas, notadamente as metrópoles, trazendo novos desafios à elaboração de políticas públicas.

A teoria da cidade dual ou o processo de dualização das cidades figura, então, como futuro aparentemente irremediável das grandes metrópoles. Tal processo estaria ligado às transformações ocasionadas pela globalização das economias e, consequentemente, pela nova estruturação produtiva das cidades, notadamente das grandes metrópoles denominadas *Global Cities*, que configurariam, como destaca Marcuse e Kempen (2000), uma “nova ordem espacial”.

Assim, mudanças como a diminuição da atividade industrial e aumento do setor de serviços e do mercado financeiro teriam impacto, sobretudo, na estrutura sócio-ocupacional e na distribuição de renda, acarretando em um novo processo de formação de classe, com implicações diversas, chamado de dualização urbana. Como argumenta Castells e Mollenkopf (1992, p.417), “*Urban dualism is thus not a social attribute but a social process of class formation*”.

No caso do Rio de Janeiro, Zuenir Ventura cunhou, para explicitar situação similar, embora com especificidades, um termo bastante utilizado: “cidade partida”. Entretanto, preferimos considerar que existe, na verdade, um processo confuso de circulação e influência. Talvez seja mais adequado falarmos em uma “cidade interrompida” ou até mesmo “cidade mosaico”.

A cidade como palco

Obviamente que esse processo não traz problemas somente para os cidadãos das camadas populares, por certo os mais expostos e atingidos por terem menos possibilidades de contrapor e minimizar seus efeitos perversos. De um modo geral, pode-se observar a acentuação do desgaste dos valores comunitários: “a individualização leva ao solapamento dos vínculos. Desligados dos contratos do estado social, os indivíduos sentem-se apenas usuários da cidade, sem estarem comprometidos com os problemas urbanos em geral” (PRIGGE, 2002, p.53). “Desconsiderados” e fragmentados da cidade, esta acaba também pouco considerada pelos cidadãos (que muitas vezes sequer se reconhecem como tal).

Inseridas nas preocupações de minimizar os problemas, e não solucioná-los, podemos identificar uma série de propostas e políticas públicas paliativas de intervenção no espaço urbano, que surgem com o argumento a princípio louvável de melhorar a cidade para todos, mas normalmente se estabelecem como maquiagens para tornar mais agradável a vida daqueles que já estão longe das periferias. Otília Arantes (2002) é uma das autoras críticas da concepção de cidade-evento, cujas remodelações poucos ganhos trazem para o cômputo geral da população:

não há paradoxo algum, antes involuntária coerência, num projeto de reestruturação do sentido original do “fazer cidade” (como se diz nos prospectos) movido a “ocasiões” sem significado urbano intrínseco, além da equivalência geral das boas oportunidades, em si mesmo indiferentes, desde que abram uma porta para a globalização, porta estreita por definição. Esse, sem dúvida, um dos traços do urbanismo dito de última geração: vive-se a espreita de ocasiões... para fazer negócios! (p.59).

Nosso argumento é que não se trata apenas de políticas públicas de espetáculo, mas de um processo de *espetacularização das políticas públicas*. Afinal, esses “eventos”/“políticas” se articulam coerentemente com a lógica de entendimento da produção cultural como espetáculo de entretenimento, como estratégia de consumo fácil, muitas vezes pela própria televisão e não *in loco*. Se antes já estavam imersas na lógica do acúmulo de capital e as iniciativas de controle da população estavam ligadas ao fortalecimento das estratégias de negócios, o que parece diferenciar este momento é o fato das cidades em si se estabelecerem como formas de negócios, compreendidas como uma mercadoria.

A questão da qualidade do acesso

Podemos elencar pelo menos três dimensões de grande importância no que se refere ao acesso aos equipamentos e bens da cidade: o aspecto físico (se há equipamento propriamente dito); o aspecto financeiro (se o valor cobrado e os gastos adicionais são acessíveis) e o aspecto relacionado à formação/disposição (se há estímulo e intervenção pedagógica, mediação, que possibilite a compreensão dos significados das diversas manifestações culturais). Neste sentido, não adianta, a cidade possuir uma infinidade de equipamentos públicos se as pessoas não são estimuladas a freqüentá-los ou se apenas certos estratos sociais são estimulados a acessar tais equipamentos (MELO, ALVES, 2003). Afinal, acreditamos que há uma forte articulação entre a possibilidade de acessar o que tem sido socialmente produzido e o estímulo para que cada indivíduo se perceba como capaz de também produzir criativamente.

Trata-se, na verdade, de uma questão que entrelaça o campo da educação e da política. Não podemos concordar, por exemplo, com a compreensão de produção cultural como oferecimento de eventos esporádicos (sob a égide da *espetacularização da política pública*). É necessário que se invista em um projeto pedagógico contínuo e prolongado que procure compreender os indivíduos enquanto agentes do processo cultural. Acreditamos que em uma sociedade democrática, deve-se criar condições para que as pessoas tenham o direito *sine qua non* da escolha (e não naturalizar tal escolha sob o axioma do “dom” ou do “gosto pessoal”). Devemos pensar, assim, em um processo de mediação cultural capaz de estimular as pessoas a encontrarem novas formas de comunicação e de ocupação do espaço público.

Tendo em vista este conjunto de reflexões, nos parece que discutir a distribuição de equipamentos culturais pela cidade pode ser importante para pensarmos as desigualdades e os desafios a serem assumidos pelas políticas públicas. Na realidade nacional, essa perspectiva ganha uma conotação ainda mais relevante. Em linhas gerais, no Brasil pode-se identificar uma grande desigualdade na distribuição de equipamentos culturais. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2002), 73,2% dos municípios brasileiros não possuem sequer um museu e apenas cerca de 7% possuem cinema. Em relação às bibliotecas públicas e às livrarias, a situação não é muito diferente: somente cerca de 10,9% possuem duas ou mais bibliotecas, sendo que apenas 35,3% possuem livraria.

Enfim, este estudo se pauta na compreensão de que uma das dimensões de acesso aos bens culturais é a sua *espacialidade*. Ou seja, a cultura, compreendida de forma ampliada e plural (um conceito que engloba o imaginário, as linguagens, o cotidiano e tantos outros aspectos da vida social), possui uma *espacialidade* própria, tanto em seu sentido mais restrito (no que se refere ao aspecto físico e geográfico propriamente dito dos equipamentos) quanto em seu sentido mais amplo, considerando sua relação com o contexto social, político e econômico (FORTUNA, SILVA, 2002).

Além disso, consideramos que as “idéias e conhecimento”, como denomina Faria (2003), pode ter papel central no processo de políticas públicas, não apenas na esfera justificatória ou de *advocacy*, enquanto forma de fundamentar argumentos, mas também na capacidade de influenciar efetivamente os processos decisórios e a formação de agendas públicas. De certa forma, nossa reflexão se pauta na articulação que envolve diferentes atores e questões tanto das políticas (*polices*) e da política (*politics*), como da informação/conhecimento no processo de produção e análise de políticas públicas. Neste sentido e de forma subjacente a este estudo, está a tentativa de construir uma racionalidade baseada em valores (*value-based rationale*) a fim de instrumentalizar a ação social, notadamente dos setores da sociedade civil e dos cidadãos de uma maneira geral, bem como da sociedade política e acadêmica. Assumimos, desde então, que este artigo tem mais a ver com política do que ciência (no sentido estrito dos termos) ou, melhor dizendo, com a imbricação destes dois campos.

A distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro

Considerando o quadro nacional, poder-se-ia a princípio afirmar que o Rio de Janeiro é uma cidade privilegiada por apresentar um espectro muito maior de opções de equipamentos culturais. Encontra-se dentre os 0,4% dos municípios brasileiros que possuem mais de cinco museus, dispõe de mais de 40 cinemas (com cerca de 147 salas) e mais de 100 teatros. Contudo, um olhar inicial apressado já nos permite perceber a permanência da situação de desigualdade na distribuição de tais bens pelo espaço desta cidade.

A cidade do Rio de Janeiro possui 159 bairros, divididos em 30 Regiões Administrativas (RA). Por sua vez, tais regiões estão distribuídas em 5 Áreas de Planejamento (AP) (Tabela 1 e Figura 1).

Como avaliar e compreender melhor tais diferenças em um município que apresenta características e condições sociais tão díspares? Como obter dados mais seguros que nos permitam identificar com mais clareza tal situação? Com este intuito, elaboramos parâmetros que permitem indicar, mesmo que de forma preliminar, critérios para avaliarmos a distribuição dos equipamentos culturais pelo espaço físico do município.

Neste artigo será apresentado um panorama da distribuição (absoluta e relativa) dos bens que são habitualmente considerados como equipamentos culturais (cinemas, museus, centros culturais, parques e florestas, bibliotecas e teatros) na cidade do Rio de Janeiro. Para tal, utilizamos dois parâmetros por nós desenvolvidos: o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural absoluto (IDAC-absoluto) e o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural relativo (IDAC-relativo e por unidade). Por fim, preocupamo-nos também em estabelecer a correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a distribuição dos equipamentos, a fim de verificar em que intensidade as desigualdades nestes parâmetros estão relacionadas.

Os dados referentes aos equipamentos culturais foram coletados em seções específicas de dois jornais de grande circulação na cidade.⁴ Tal escolha se deu por dois motivos: a) pela importância e poder de difusão da mídia escrita; o critério por nós adotado foi de que a existência do equipamento cultural deveria estar relacionada com a divulgação pública das suas atividades; b) pela dificuldade de se obter, por parte das instituições públicas no âmbito da cultura, indicadores confiáveis ou adequados ao nosso intuito.

A prefeitura do Rio de Janeiro até possui muitos dados, contudo verificou-se que não obedeciam ao critério adotado de divulgação pública. Ou seja, quando há iniciativas no sentido de averiguar e contabilizar os equipamentos culturais, na maioria das vezes são também considerados aqueles nos quais a utilização e a divulgação são bastante restritas, como por exemplo, o circuito de cinemas pornográficos.

Isto não significa que desconsideramos a importância destes equipamentos para a cidade. Acreditamos inclusive que alguns destes possuem um importante papel na garantia da diversidade cultural. Apenas adotamos um critério que leva em consideração

4 Nos cadernos "Rio Show", "Cultura" e "Segundo Caderno", do Jornal O Globo, e no "Caderno B" e na "Revista Programa", do Jornal do Brasil.

uma condição indispensável para a dinâmica e a ampla participação cultural: a circulação da informação, sobretudo de natureza pública.

Obviamente não estamos desconsiderando a amplitude e a pluralidade que os conceitos “cultura” e “equipamento cultural” possuem, nem tampouco a relação com outros campos como educação, meio ambiente e saúde. Apenas optamos por analisar inicialmente a distribuição de 6 equipamentos: bibliotecas, museus, centros culturais, parques e florestas, teatros e cinemas, o que não impede que pesquisas futuras considerem, além de outros equipamentos, outras manifestações culturais. Os resultados são apresentados na Tabela 1.

A distribuição dos equipamentos pela cidade revela uma expressiva desigualdade, na medida que 23,9% do total estão localizados na AP1, 42% na AP2 e 15,9% na AP4, enquanto que 13,6% estão situados na AP3 e apenas 4,5% na AP5 (ver Figura 1).

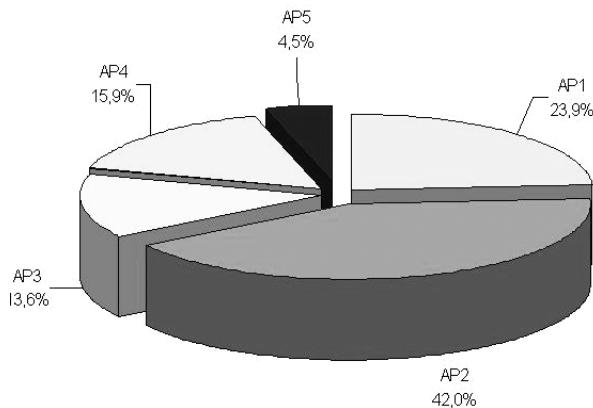


Figura 1 - Distribuição total, segundo área de planejamento.

A distribuição no plano das Regiões Administrativas também revela desigualdades consideráveis: 23,3% das trinta RAs não possuem nenhum dos equipamentos pesquisados, enquanto que a RA Botafogo e a RA Lagoa possuem respectivamente 17,3% e 12,5%. (ver Figura 2). Ao comparamos RAs com APs, a situação parece ainda mais alarmante: percebemos que a RA Botafogo (17%) e a RA

Tabela 1: Equipamentos culturais, segundo as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	Total	%	Museus	%	Bibliotecas	%	Centros Culturais	%	Parques e Praças	%	Teatros	%	Sabas de Cinema	%
Total	440		66	15,0%	44	10,0%	48	10,9%	16	3,6%	119	27,0%	147	33,4%
Área de Planejamento 1	105	23,9%	33	50,0%	11	25,0%	23	47,9%	2	12,5%	30	25,2%	6	4,1%
I Ponta da Praia	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
II Centro	84	19,1%	24	36,4%	6	13,6%	20	41,7%	1	6,3%	27	22,7%	6	4,1%
III Rio Comprido	4	0,9%	1	1,5%	2	4,5%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,8%	0	0,0%
VII Sítio Histórico	7	1,6%	5	7,6%	1	2,3%	0	0,0%	1	6,3%	0	0,0%	0	0,0%
XXII Pásequá	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,0%	0	0,0%
XXIII Serraria	10	2,2%	3	4,5%	2	4,5%	3	6,3%	0	0,0%	2	1,7%	0	0,0%
Área de Planejamento 2	185	42,0%	23	34,8%	17	38,6%	21	43,3%	10	62,5%	64	53,8%	50	34,0%
IV Borda do Rio	76	17,3%	13	19,7%	12	27,3%	8	16,7%	1	6,3%	20	16,8%	22	15,0%
V Copacabana	20	4,5%	1	1,5%	1	2,3%	1	2,1%	1	6,3%	12	10,1%	4	2,7%
VI Lagoa	55	12,5%	7	10,6%	2	4,5%	8	16,7%	5	31,3%	19	16,0%	14	9,5%
VII Tijuca	18	4,1%	2	3,0%	1	2,3%	1	2,1%	1	6,3%	10	8,4%	3	2,0%
IX Vila Isabel	16	3,6%	0	0,0%	1	2,3%	3	6,3%	2	12,5%	3	2,5%	7	4,8%
XXVII Rocha	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%

Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, setembro/dezembro de 2005

Tabela 1: (cont.)

Área de Passeio 3	60	13,6%	5	7,6%	11	25,0%	2	4,2%	0	0,0%	11	9,2%	31	21,1%
X. Ramos	2	0,5%	1	1,5%	1	2,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
X.I.Penha	7	1,6%	0	0,0%	2	4,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	3,4%
X.III.Brahim a	10	2,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,8%	9	6,1%
X.III.Méier	8	1,8%	3	4,5%	2	4,5%	0	0,0%	0	0,0%	3	2,5%	0	0,0%
X.IV.Tapá	11	2,5%	0	0,0%	2	4,5%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,8%	8	5,4%
XV.Madureira	8	1,8%	1	1,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	2,5%	4	2,7%
XX.Tra do Governador	11	2,5%	0	0,0%	4	9,1%	2	4,2%	0	0,0%	2	1,7%	3	2,0%
XX.II.Anchieta	3	0,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,8%	2	1,4%
XXV.Pavuna	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
XXVIII.Jacareízinho	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
XXIX.Comprida Bemão	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
XXX.Mare	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Área de Passeio 4	70	15,9%	3	4,5%	1	2,3%	2	4,2%	2	12,5%	8	6,7%	54	36,7%
X.II.Jucareízinho	20	4,5%	0	0,0%	1	2,3%	2	4,2%	1	6,2%	1	0,8%	15	10,2%
XXIV.Bana da Tijica	50	11,4%	3	4,5%	0	0,0%	0	0,0%	1	6,2%	7	5,9%	39	26,2%
Área de Passeio 5	20	4,5%	2	3,0%	4	9,1%	0	0,0%	2	12,5%	6	5,0%	6	4,1%
XV.IBangu	6	1,4%	1	1,5%	1	2,3%	0	0,0%	0	0,0%	4	3,4%	0	0,0%
XV.III.Campo Grande	9	2,0%	0	0,0%	1	2,3%	0	0,0%	0	0,0%	2	1,7%	6	4,1%
X.IX.Santa Cruz	3	0,7%	1	1,5%	2	4,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
XXV.I.Guaratiba	2	0,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	12,5%	0	0,0%	0	0,0%

Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, setembro/dezembro de 2005

Centro (19%) sozinhas concentram mais equipamentos que as AP3, AP4 e AP5. Fica clara a diferença na distribuição total das oportunidades de acesso aos equipamentos culturais, observável inclusive se fossemos analisar cada equipamento específico.

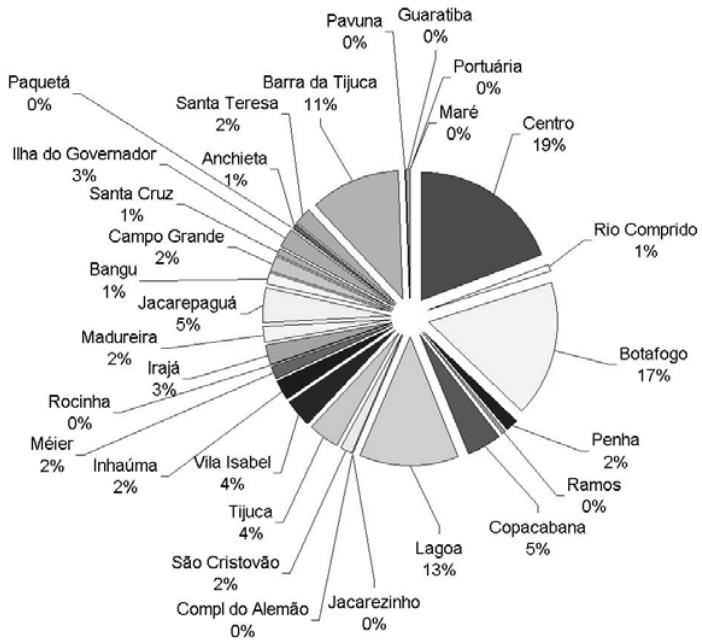


Figura 2 - Distribuição total de equipamentos, segundo região administrativa.

Indicador de desenvolvimento e acesso cultural absoluto (IDAC-absoluto)

A partir dos dados apresentados, poder-se-ia questionar se a desproporção da distribuição de equipamentos se justificaria pela variação dos habitantes de cada região. Para entender melhor esse impasse, criamos o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultu-

ral. Trata-se de um parâmetro que considera a variação demográfica e possibilita aperfeiçoar o evidenciar do cenário da distribuição dos equipamentos.⁵

Deve-se ter em conta que o IDAC de modo algum expressa se uma determinada população é mais ou menos desenvolvida culturalmente do que outra; inclusive acreditamos que qualquer tentativa nesse sentido partiria de uma perspectiva limitada e etnocêntrica de cultura. O Indicador trata-se apenas de uma tentativa de revelar as desigualdades a que uma determinada população está sujeita no que se refere a facilidade ou não de acesso aos equipamentos culturais (considerando-se nesse caso o local de residência).

Matematicamente, este indicador consiste em dividir o número de equipamentos pelo número de moradores. Assim, o IDAC-absoluto varia de 0 a 1, onde 0 significaria que não existiria nenhum equipamento para a população e 1 significaria, numa situação utópica, que para cada habitante existiria um equipamento. Ou seja, quanto maior o resultado, maior é a presença de equipamentos culturais por habitante. Neste sentido, a figura 3 evidencia o quanto a cidade do Rio de Janeiro é desigual no acesso aos equipamentos.

Vale destacar que o IDAC, ao incluir o número de habitantes de uma determinada região, revela um panorama diferente da análise da distribuição e concentração dos equipamentos. Basta analisar e comparar os gráficos 1 e 3 para se ter uma idéia das diferenças.

Por exemplo, a AP2 possui a maior concentração de equipamentos (42%), mas está em segundo lugar se considerarmos o IDAC-absoluto (ver figura 3). Isto se explica porque na AP1 se encontra a RA Centro, origem histórica da cidade, local muito importante política e culturalmente no passado, mas hoje pouco habitado. O Centro vem passando por um processo de revitalização cultural, inclusive recebendo uma série de incentivos para tal. Assim, por exemplo, possui o maior número de equipamentos do Rio de Janeiro (19,1%), disparado o maior número de museus e centros culturais (36,4 %), o segundo lugar em número de bibliotecas (13,6 %), entre outros.

Vejamos outra consideração interessante. Podemos perceber que na análise comparativa da distribuição e da concentração de

5 Todos os dados relativos ao número de habitantes foram obtidos em: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Novas tendências demográficas na cidade do Rio de Janeiro: resultados preliminares do censo 2000. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Urbanismo/ Instituto Pereira Passos, 2001.

equipamentos entre as AP3 e AP5, revela-se uma significativa discrepância entre elas (13,6% e 4,5% respectivamente). Elas se aproximam, entretanto, se considerarmos o IDAC-absoluto (ver figura 3).

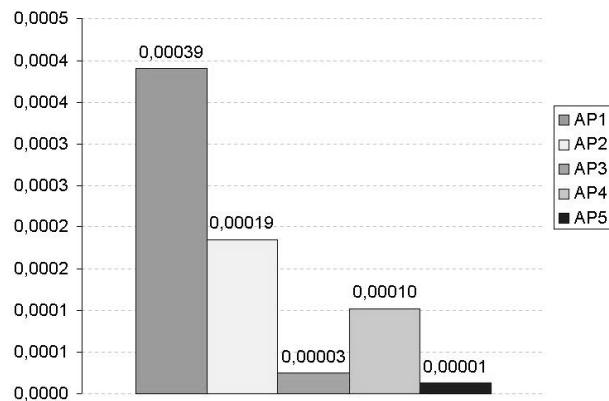


Figura 3 - IDAC - absoluto, segundo áreas de planejamento.

Indicador de desenvolvimento e acesso cultural relativo ou por unidade (IDAC-relativo)

Assim como o IDAC-absoluto, o IDAC-relativo considera a variação demográfica de cada região. Entretanto, o IDAC-relativo possui o objetivo de evidenciar mais claramente a variação da oferta de equipamentos culturais entre as diversas regiões, ao considerar como referência aquela que está, por assim dizer, em situação mais privilegiada. Este indicador é obtido ao se dividir o IDAC-absoluto de uma determinada região pelo IDAC-absoluto da região referência (aquela que apresenta melhor IDAC-absoluto) e multiplicá-lo por cem.

Vejamos o caso das APs como exemplo. A AP1 será a nossa referência, pois apresenta o melhor IDAC-absoluto. Ao calcularmos o IDAC-relativo temos os seguintes dados: a AP2 apresenta 47,6% do IDAC-absoluto da AP1, enquanto a AP3, a AP4 e a AP5 possuem respectivamente 6,5%, 26,2% e 3,3%. Ou seja, se considerássemos a AP1 como a área de planejamento “ideal” para que a distribuição dos equipamentos fosse eqüitativa, no que tange ao número de equipamentos ponderado pelo número de habitantes, as outras APs estariam significativamente distantes desse “ideal”, sobretudo a AP5 que possui uma defasagem de 96,3%. Resumindo: a AP5 está “distante” 96,3% do conjunto de oportunidades de acesso que a AP1 possui.

Índice de desenvolvimento humano (IDH) e a sua relação com a distribuição de equipamentos culturais

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, é calculado a partir de variáveis que englobam três dimensões: saúde, educação e economia. O IDH varia de 0 a 1, sendo que valores mais altos indicam níveis superiores de desenvolvimento (PNUD, 1998).

Aplicado a todos os países desde 1990, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), calculou os IDHs de quase todos os bairros da cidade, tendo como base a renda familiar per capita (soma dos rendimentos dividida pelo número de moradores da residência), a expectativa de vida, a taxa de alfabetização de maiores de 15 anos e o número médio de anos de estudo da população. Foram identificados os seguintes IDHs (Figuras 4 e 5):

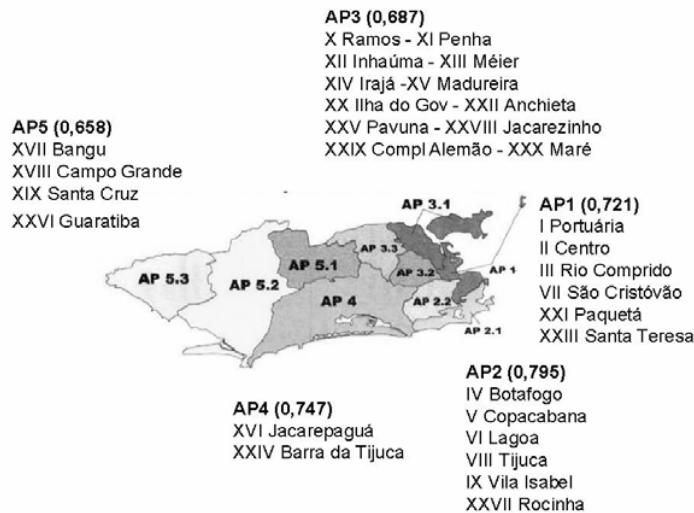


Figura 4 - IDH médio, segundo áreas de planejamento.

Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, setembro/dezembro de 2005

Área de Planejamento	Índice de Desenvolvimento Humano
Portuária	0,668
Centro	0,782
Rio Comprido	0,716
São Cristóvão	0,672
Paquetá	sem registro
Santa Teresa	0,765
Botafogo	0,843
Copacabana	0,869
Lagoa	0,858
Tijuca	0,794
Vila Isabel	0,819
Rochinha	0,591
Ramos	0,708
Penha	0,691
Inhaúma	0,729
Méier	0,762
Irajá	0,736
Madureira	0,707
Ilha do Governador	0,762
Anchieta	0,689
Pavuna	0,651
Jacarezinho	0,621
Compl Alemão	0,587
Maré	0,597
Jacarepaguá	0,734
Barra da Tijuca	0,759
Bangu	0,697
Campo Grande	0,664
Santa Cruz	0,628
Guaratiba	0,644

Figura 5 - IDH, segundo regiões administrativas.

A partir disso, calculamos o coeficiente de relação linear entre os IDHs⁶ e a distribuição dos equipamentos (apresentada na tabela 1). No que tange ao total de equipamentos, segundo APs, obtivemos a surpreendente correlação positiva de 0,906 (ver Figura 6). Vale destacar que:

O coeficiente de correlação varia entre -1 e $+1$, inclusive, isto é, $-1 \leq r \geq +1$. Se r assume o valor de 1 , diz que as duas variáveis têm correlação perfeita positiva e se r assume o valor -1 , diz-se que as duas têm correlação perfeita negativa. Se r assume o valor 0 , não existe correlação entre as duas variáveis (a correlação é nula) (VIEIRA, 1980, p.51).

6 Para o fim deste estudo tivemos que adaptar estatisticamente (através de média aritmética) alguns dos dados apresentados, já que os IDHs correspondem a cada bairro e não às APs.

Isto significa que há uma forte correlação entre o número de equipamentos culturais e o IDH. Em outras palavras, podemos dizer que nas APs que possuem maiores IDHs há uma concentração maior de equipamentos culturais. Isto não significa que exista uma relação de causa e efeito entre estas duas variáveis, apenas demonstra a “força” que mantém “unidas” estes dois conjuntos de valores.

Deste modo, podemos afirmar - utilizando o próprio conceito etimológico da palavra correlação - que estas variáveis possuem uma relação em dois sentidos, isto é: uma em relação a outra (tanto do IDH para a concentração de equipamentos quanto da concentração de equipamentos para o IDH).

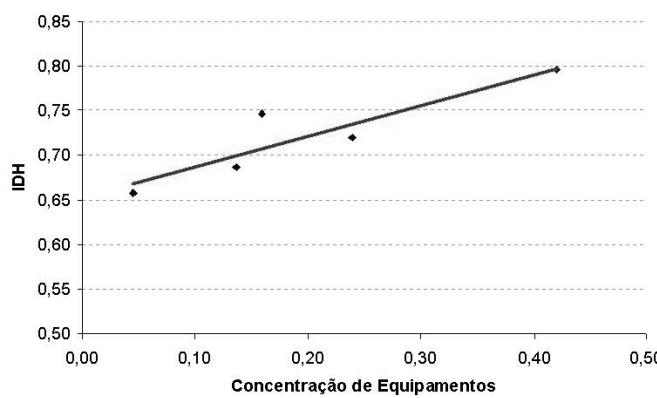


Figura 6 - Diagrama de Dispersão, segundo IDH e Concentração de Equipamentos das APs.

Já o coeficiente de relação entre o IDH e a concentração de equipamentos culturais das Regiões Administrativas é de 0,656 - evidenciando uma correlação média entre estas duas variáveis (ver Figura 7). Uma das explicações possíveis para a diferença entre os coeficientes é a dinâmica da população nas proximidades de sua residência, apontando, portanto, que o acesso físico aos equipamentos não é apenas determinado pela presença geográfica do equipamento no bairro de moradia.

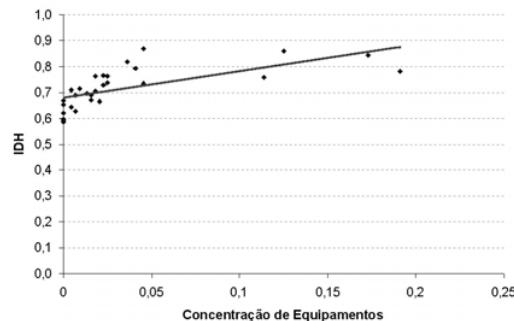


Figura 7 - Diagrama de dispersão, segundo IDH e concentração de equipamentos das RAs.

Conclusão

Obviamente esta análise não pretende se encerrar em si mesma. Poderíamos nos deter e interpretar os muitos indicadores e valores encontrados, mas optamos por apresentar um primeiro cenário da distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro.

Identificamos, de fato, uma grande desigualdade na distribuição destes equipamentos, indicando que a diferenciação sócio-cultural se revela também espacialmente. Isto, por sua vez evidencia não apenas os desafios que os agentes/animadores culturais encontram quando pretendem dinamizar sua intervenção pedagógica no âmbito da cultura, como também a necessidade de pensarmos em um processo de *redistribuição e desconcentração cultural* para a cidade do Rio de Janeiro. Acreditamos que o conhecimento dos indicadores apresentados pode ser de grande importância e utilidade para a elaboração de políticas públicas mais efetivas e justas, já que o acesso é condição *sine qua non* para as vivências dos momentos de lazer.

Por certo os indicadores não podem ser compreendidos como retratos absolutos da realidade. Por exemplo, não conseguem captar a questão da qualidade dos equipamentos nem tampouco da programação oferecida (um assunto sempre polêmico). Devemos considerar também que o fato de uma determinada população possuir equipamentos próximos a sua residência, não determina que vá procurá-los com freqüência.

Evidentemente não podemos dizer que tal cenário determina linearmente o acesso aos bens culturais. Isto depende de uma série de fatores, como transporte, preço, gosto, informação, entre outros. Além disso, se considerássemos o panorama apresentado como determinante exclusivo, estaríamos cometendo o equívoco de excluir aquele que tem um papel fundamental na dinâmica cultural: o ator social. Como nos lembra Magnani:

Em algumas análises, a dinâmica da cidade é creditada de forma direta e imediata ao sistema capitalista; mudanças na paisagem urbana, propostas de intervenção, alterações institucionais não passam de adaptações às fases do capitalismo que é erigido, na qualidade de variável independente, como a dimensão explicativa última e total. [...]. [Mas] a simples estratégia de acompanhar um “desses indivíduos” em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados [...] (2002, p.14).

É também necessário questionar os sentidos de *status* e distinção que persistem insistentemente entre muitos daqueles responsáveis pela “cultura” na cidade. Aliás, é curioso como os “produtores e promotores culturais” muitas vezes se prestam bem aos papéis esperados pela ordem social, mesmo quando afirmem o contrário.

Apesar destas ponderações, de forma alguma acreditamos que fica reduzida a importância deste panorama sócio-espacial construído a partir dos indicadores. O cenário apresentado, mesmo não sendo totalmente determinante no comportamento dos indivíduos, tem influência e representa a situação de desigualdade e exclusão que a cidade do Rio de Janeiro comporta. As palavras de Molotch (citado por ARANTES) ajudam-nos a entender os sentidos dessa diferenciação:

O processo de construção da cidade distribui esculturas, museus e edifícios de alto padrão, atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar, gozar sua afluência. As zonas favorecidas incorporam, como lugares, o capital cultural que forja não somente seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas (2002, p.67).

Além disso, esta análise tenta criar parâmetros e metodologias para que as iniciativas e políticas públicas no âmbito da cultura sejam socialmente mais eficientes e justas. Enfim, o estudo da distribuição dos equipamentos e de sua relação com o desenvolvimento social se insere num contexto mais amplo, na medida que aponta alguns desafios para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática e toca no cerne ou nos princípios fundamentais de qualquer política pública: a construção de autonomia e

da equidade. Afinal, “Torna-se difícil imaginar a transformação da sociedade por meio da cultura se ela não chega ao conjunto da população” (BRANT, 2002, p.19). Neste sentido, como afirma Hamilton Faria:

As políticas públicas de cultura devem, urgentemente, estimular o debate, as experiências e as vivências sobre valores e paradigmas, os comportamentos e sociabilidades urbanas, enfim, caminhos da construção do desenvolvimento humano e de uma cultura que tenha no seu horizonte o direito à vida em todas as suas manifestações (2003, p.35).

Não surpreende, então, que algumas prefeituras já estejam tomando as primeiras iniciativas para criar mecanismos de melhor distribuição ou buscando desenvolver campanhas de popularização com o oferecimento de ingressos a preços mais acessíveis. Também se destaca o grande número de projetos desenvolvidos em comunidades de baixa renda que tem a cultura como mote de atuação, mesmo que estes, em grande parte, ainda utilizem como critérios de sucesso a inserção dos jovens na lógica da cultura de massa.⁷ Aliás, já se pode inclusive perceber uma maior valorização da temática lazer/cultura nos discursos de alguns líderes comunitários.⁸

Já é um início, mas ainda é muito pouco. Clama-se, então, pela construção/elaboração de uma intervenção política ampla e plural que considere à dinâmica própria da cultura e que respeite, como condição fundamental, o debate público e democrático. Como bem assinala Enrique Saravia:

A política cultural poderá asfixiar ou proteger, ser eficaz, prejudicial ou inócuas: tudo dependerá da sua adequação à comunidade, a seus códigos e afazeres. Ou, mais especificamente, da sua sintonia com a estrutura cultural – perspectiva, crenças e valores – com o processo cultural – comportamento, modos de criação, formas de relacionamento – e à consciência de como os dois elementos – estrutura e processo – se influem e se modificam mutuamente. Essa sintonia, essa busca de harmonia, é o grande desafio da política cultural contemporânea (2001, p.65).

7 Para maiores informações, ver o estudo de Vieira (2004).

8 Para maiores informações, ver estudo de Peres (2004).

City and leisure: inequalities in the distribution of the cultural equipments in Rio de Janeiro and a pointer that can guided the actions in public politicis

Abstract: This article has for objective to present a panorama of the cultural equipment distribution in the city of Rio de Janeiro. For such, we use two parameters for: the Absolute Pointer of Development and Cultural Access (IDAC-absoluto) and the Relative Pointer of Development and Cultural Access (IDAC-relativo). We also try to establish between the equipment distribution and the Index of Human Development (IDH), in order to verify the relationship of these two parameters. We believe that the recognition of this municipal panorama can be useful in the elaboration of public politics more effective.

Keyword: public politics, culture, leisure, human development.

Ciudad y ocio: desigualdades en la distribución del equipamiento cultural en la ciudad de Río de Janeiro y la construcción de un indicador para acciones en políticas públicas

Resumen: Este artículo tiene el objetivo de presentar un panorama de la distribución de los equipamientos culturales en la ciudad de Río de Janeiro. Utilizamos dos parámetros desarrollados por nosostros: el Indicador de Desarrollo y de Acceso Cultural absoluto (IDAC-absoluto) y el Indicador de Desarrollo y de Acceso Cultural relativo (IDAC-relativo). También nos preocupamos en establecer la correlación entre la distribución de equipamientos y el Índice de Desarrollo Humano (IDH), para verificar las relaciones entre los dos parámetros. Creemos que el reconocimiento de este panorama municipal puede ser de gran utilidad en la elaboración de políticas públicas más eficaces y justa.

Palabras-clave: políticas públicas, cultura, ocio, desarrollo urbano.

Referências

- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN, Vera (org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRANT, Leonardo. *Mercado cultural: panorama crítico com dados e pesquisas e guia prático para gestão e venda de projetos*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34 / Edusp, 2000.
- CASTELLS, M., MOLLENKOPF, J.H. Conclusion: is New York a dual city?. In: CASTELLS, M., MOLLENKOPF, J.H. (org.). *Dual city: restructuring New York*. New York: Russel Sage Foundation, 1992.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.18, n.51, 2003.
- FARIA, Hamilton. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: Brant, Leonardo (org.). *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, 2003.
- FORTUNA, Carlos, SILVA, Augusto Santos. A cidade do lado da cultura: espacialidade sociais e modalidades de intermediação cultural. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A Globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. ano 3, n.4. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.17, n.49, 2002.
- MARCUSE, P., KEMPEN, R.V. Introduction. In: MARCUSE, P., KEMPEN, R.V. (org.). *Globalizing Cities: A New Spatial Order?* Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- MELO, Victor Andrade de. *Cidade Sportiva*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.
- MELO, Victor Andrade, ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEGT, Oskar. Espaço público e experiência. In: PALLAMIN, Vera (org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- PERES, Fabio de Faria. *Lazer, Esporte e Cultura na agenda local: mobilização e ação coletiva em Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública).

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Desenvolvimento Humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília, 1998.

PRIGGE, Walter. Metropolização. In: PALLAMIN, Vera (org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p.51-58.

SARAVIA, Enrique. Política e estrutura institucional do setor cultural na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. *Cultura e democracia. Cadernos do nosso tempo*, Rio de Janeiro, vol.1, n.5, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. O desafio das tecnologias à cultura democrática. In: PALLAMIN, Vera (org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

VIEIRA, Bianca Castro. *Uma análise dos projetos sociais de dança no município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Memória (Bacharelado em Educação Física).

VIEIRA, Sonia. *Introdução à bioestatística*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Tese (Doutorado em Educação).

Recebido em: 31/08/2005

Aprovado em: 25/11/2005

* Pós-Doutorado em Estudos Culturais; Doutor em Educação Física e Cultura; Coordenador do Grupo de Pesquisa Anima/Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor do Programa de Mestrado em História Comparada/IFCS/UFRJ; e-mail: victor.a.melo@uol.com.br.

** Mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz); Coordenador do Grupo de Pesquisa Anima/Universidade Federal do Rio de Janeiro; e-mail: peres@ensp.fiocruz.br.